

Direito Digital

1.1 Apresentação

1.2 Recados

1.3 Lei Carolina Dieckmann e Crimes Digitais

Dr. Carlos Augusto dos S. de Souza

E-mail: carlos.souza@eniac.edu.br

Rede social: [@carlossouzaadv](#)

Critério de Avaliação REGULARES

- Exercícios(EX) - 20% da média final(MF)
- Portfólio(PT) - 30% da média final(MF)
- Prova(PR) - 50% da média final(MF)

CALCULANDO A NOTA

$$MF = EX * 20\% + PT * 30\% + PR * 50\%$$

REGRA DE APROVAÇÃO

Para **APROVAÇÃO** o aluno precisa atingir **média final(MF)** maior ou igual a **6,0**. **Caso não obtenha** terá de fazer a **RECUPERAÇÃO** conforme o calendário acadêmico.



REGRAS DE RECUPERAÇÃO

Portfólio de recuperação: destinado aos alunos que **não tenham atingido nota maior ou igual a 6,0** ou não entregaram na primeira data, **valendo de 0 à 8**.

Prova Recuperação: destinado aos alunos que perderam a 1ª chamada de prova, ou não atingiram a média final.

Prova Substitutiva: destinada aos alunos que não participaram da 1ª chamada com motivo justificável, devem entrar em contato com a coordenação de área, para agendamento na semana de recuperação.

Eventos e Lives

02/08- 📺 Live da Coordenação: Início do semestre
 13/09- 📺 Live da Coordenação: Finalização do 1º Trimestre
 11/10- 📺 Live da Coordenação: Início do 2º Trimestre
 07/10 a 10/10 - 🌐 Workshop

14/11 - Seminário Etnico Racial
 23/11 - ENADE
 22/11 - 📺 Live da Coordenação: Finalização do 2º Trimestre
 25 a 28/11 - CONIC
 18/12- 📺 ProjWeek TOP

📺 Disciplinas Regulares

| Tarefas | Disciplinas 1º Trimestre 28/07 a 04/10 | Disciplinas 2º Trimestre 13/10 a 19/12 |
|------------------------|---|---|
| Exercícios 1, 2, 3 e 4 | 28/08 | 08/11 |
| Portfólios | 04/09 | 13/11 |
| Exercícios 5, 6, 7 e 8 | 26/09 | 09/12 |
| Prova 1ª Chamada | 29/09 a 03/10 | 09/12 a 15/12 |
| Portfólio Recuperação | 01/10 | 04/12 |
| Prova Recuperação | 08 e 09/10 | 17/12 e 18/12 |
| Prova 2ª Chamada | 24 e 25/10 | 19 e 20/12 |

🎓 TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

| | |
|--------------|---------------|
| 1ª entrega | 29/08 |
| 2ª entrega | 25/09 |
| 3ª entrega | 16/10 |
| 4ª entrega | 16/11 |
| Apresentação | 09/12 a 12/12 |
| 5ª entrega | 15/12 |

📺 Disciplinas de Projetos

Disciplinas 1º Trimestre 28/07 a 04/10

| | |
|--------------------------|-------|
| Sprint 1 | 30/08 |
| Sprint 2 | 20/09 |
| Sprint 3 - Entrega Final | 04/10 |

Disciplinas 2º Trimestre - 13/10 a 19/12

| | |
|--------------------------|-------|
| Sprint 1 | 08/11 |
| Sprint 2 | 22/11 |
| Sprint 3 - Entrega Final | 13/12 |

📄 Documentações

| | |
|---------------------------|-------|
| Estágio | 30/11 |
| Atividades Complementares | |

📅 Dias sem aulas

| | |
|-----------------|--|
| setembro- 03/09 | |
| Novembro- 20;21 | |

Os prazos de correções são de no máximo 10 dias corridos após a data de encerramento estipulada neste calendário

PROVA DE DIREITO

1o. TRI: 03/10 - SEXTA-FEIRA

2o. TRI: 12/12 - SEXTA-FEIRA

Os prazos de correções são de no máximo 10 dias corridos após a data de encerramento estipulada neste calendário

| Disciplinas Regulares | | |
|------------------------|---|---|
| Tarefas | Disciplinas 1º Trimestre 28/07 a 04/10 | Disciplinas 2º Trimestre 13/10 a 19/12 |
| Exercícios 1, 2, 3 e 4 | 28/08 | 08/11 |
| Portfólios | 04/09 | 13/11 |
| Exercícios 5, 6, 7 e 8 | 26/09 | 09/12 |
| Prova 1ª Chamada | 29/09 a 03/10 | 09/12 a 15/12 |
| Portfólio Recuperação | 01/10 | 04/12 |
| Prova Recuperação | 08 e 09/10 | 17/12 e 18/12 |
| Prova 2ª Chamada | 24 e 25/10 | 19 e 20/12 |

Referências

- **Conteúdo do Livro - Eniac**
- **Doutrina**
- **Artigo complementar**
- **Questões**
- **MANUAL DE DIREITO DIGITAL TEORIA E PRÁTICA (2025) –**
WALTER CAPANEMA - Direito Digital, LGPD e Novas tecnologias
- **Direito Digital, Tecnologia e Sociedade Mapeando temas, práticas e pesquisas –** Artur Stamford da Silva – Anne Cabral e Ana Paula Canto de Lima
- **Direito Digital.** PINHEIRO, Patrícia Peck. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. *E-book*

Legislações aplicadas

- Lei nº 8.069/1990 (**Estatuto da Criança e do Adolescente**): prevê o crime de pornografia infantil por meio de sistema da Internet (art. 241-A, ECA);
- **Lei Carolina Dieckmann** (Lei nº 12.737/2012): acrescentou o artigo 154-A ao Código Penal;
- Decreto nº 7962/13, que Regulamenta a Lei nº 8.078/90 (**Código de Defesa do Consumidor**), para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico;
- **Marco Civil da Internet** (Lei nº 12.965/2014);
- **Lei Geral de Proteção de Dados** (Lei nº 13.709/2018).

Crimes **Digitais**

O QUE É CRIME ?

O QUE PODE SER CONSIDERADO CRIME?

Conceito de Crime

Crime é toda ação ou omissão humana que leva ou expõe a perigo de lesão bens jurídicos penalmente tutelados.

Código Penal – 1940

Parte Comum e Especiais (Lei Extravagantes – Ex: Lei de droga n.11.343/06; Lei Racismo n. 7.716/89, Lei de Lavagem de bens n. 9.613/98)

Parte Geral – artigo 1 ao 120 – Não incriminadora, permissivas e explicativas

Parte Especial – artigo 121 ao 358 – Incriminadora, primária e secundária e complementar.

SUJEITO ATIVO

É a pessoa que pratica a infração, que a comete - (autor, coautor e partícipe), em regra só pode ser sujeito ativo do crime o **ser humano e maior 18 anos**.

Menor de idade – cometem fatos definidos como **ATOS INFRACIONAIS** e sujeitando-se as medidas socioeducativas da Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e Adolescente).

Pessoa jurídica pode cometer crime?

Pessoa jurídica pode cometer crimes?

Resposta: SIM – A Pessoa jurídica pode cometer crimes a luz dos artigos 173§5º e 225§3º da CF e sobretudo pela depois **da Lei n. 9.605/98 em Crime ambientais.**

O STJ já se manifestou favorável a punição do entes fictício, juntamente com seu sócios, diretores ou responsáveis – Teoria da Dupla Imputação

SUJEITO PASSIVO e OBJETO

É o titular do bem jurídico tutelado pela norma penal,
divide-se em:

Sujeito passivo **constante/formal – ESTADO**

Sujeito passivo **eventual/material – A vítima**

OBJETO DO CRIME: Objeto é **pessoa ou coisa** sobre a qual recai a conduta – podendo **ser material ou jurídico** (concreto ou abstrato).

Princípio da Legalidade

Em obediência ao previsto no artigo 5º, XXXIX, Constituição Federal de 1988 e artigo 1º do CP, o **princípio da legalidade**, os delitos assim cometidos não poderiam ser reprimidos, se **não devidamente tipificados em Lei.**

Código Penal de 1940, não se deve **atentar somente para os crimes do meio físico**, pois é chegada a hora de atentar para os **chamados crimes de informática.**

Crimes digitais

Crimes digitais são **infrações penais** cometidas por **meio de dispositivos eletrônicos, especialmente com o uso da internet.**

Lei nº 12.737/2012, conhecida como, foi um marco importante na criminalização de condutas pela **Lei Carolina Dieckmann** aticadas no ambiente digital.

Lei nº 12.735/2012, que determina que os Estados devem manter delegacias especializadas para combater crimes praticados por meio da internet.

Protocolo de internet – IP

O fato de os crimes cibernéticos serem praticados em espaços que **não têm fronteiras dificulta a identificação do criminoso** e ainda essas inúmeras motivações acabam por dificultar a tarefa do Estado.

Identificação do autor do crime, um aspecto que permeia a investigação policial nesses casos é a **preservação das provas**, e a primeira medida a ser observada é a identificação do **Protocolo de internet – IP**

Crimes digitais mais comuns:

Exemplos: invasão de conta de WhatsApp ou redes sociais, **golpes com boletos falsos**, sites falsos de compras, **extorsão com vídeos íntimos**, divulgação de imagens íntimas sem consentimento, **injúria racial** pela internet, **estelionato digital**, ameaças, xenofobia, homofobia, **cyberbullying**, **stalking**, entre outros

LEI CAROLINA DIECKMANN (LEI N° 12.737/2012)

Lei Nº 12.737/2012

A **Lei Carolina Dieckmann** é a **Lei Nº 12.737/2012** e é uma alteração no **Código Penal** Brasileiro voltada para crimes virtuais e delitos informáticos.

Projeto foi apresentado no **dia 29 de novembro de 2011** e sua **sanção se deu em 2 de dezembro de 2012** pela presidente Dilma Rousseff.

Lei N° 12.737/2012

Em maio de **2011**, um **hacker (criminoso virtual)** invadiu o computador pessoal da atriz, possibilitando que ele tivesse **acesso a 36 fotos pessoais de cunho íntimo**.

De acordo com a denúncia, o invasor exigiu R\$10 mil para não publicar as fotos. Como a atriz recusou a exigência, acabou tendo suas fotos divulgadas na internet. Isso criou uma grande discussão popular sobre a criminalização desse tipo de prática, que ainda foi excessivamente fomentada pela mídia.

A atriz abraçou a causa e cedeu seu nome à lei. Ressalta-se que, antes do surgimento da lei, o ato de invadir um ambiente virtual e subtrair dados pessoais já era crime, mas não havia nenhuma norma que tratava especificamente sobre o assunto.

Lei Nº 12.737/12

A Lei Nº 12.737/12 impacta o Direito Penal, pois acrescenta os **artigos 154-A e 154-B ao Código Penal Brasileiro.**

Além disso, altera a redação dos artigos 266 e 298.

Invasão de dispositivo informático [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

Art. 154-A. Invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo ou de instalar programas, apps, plug-ins ou widgets para obter vantagem ilícita: [\(Redação dada pela Lei nº 14.155, de 2021\)](#)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 14.155, de 2021\)](#)

§ 1º Na mesma pena incorre quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática da conduta definida no caput. [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se da invasão resulta prejuízo econômico. [\(Redação dada pela Lei nº 14.155, de 2021\)](#)

§ 3º Se da invasão resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido: [12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. [\(Redação dada pela Lei nº 14.155, de 2021\)](#)

§ 4º Na hipótese do § 3º, aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro, a qualquer título, dos dados ou informações obtidos. [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

§ 5º Aumenta-se a pena de um terço à metade se o crime for praticado contra: [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

I - Presidente da República, governadores e prefeitos; [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

II - Presidente do Supremo Tribunal Federal; [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

III - Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa de Estado, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou de Câmara Municipal; ou [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

IV - dirigente máximo da administração direta e indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal. [\(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012\)](#) [Vigência](#)

Ação Penal

Art. 154-B. Nos crimes definidos no art. 154-A, **somente se procede mediante representação, salvo se o crime é cometido contra a administração pública direta ou indireta** de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios ou contra empresas concessionárias de serviços públicos. **(Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012) Vigência**

Alteração do Código Penal

Alteração do artigo 266 do Código Penal: A Lei 12.737/2012 também trouxe modificações ao artigo 266, que trata da interrupção ou perturbação de serviços telegráficos, radiotelegráficos ou telefônicos. Com a nova redação, o artigo passou a abranger também a interrupção de serviços de informática, ampliando a proteção para o ambiente digital.

Alteração do artigo 298 do Código Penal: Além disso, a lei modificou o artigo 298, que trata do crime de falsificação de documento particular. A alteração estendeu a tipificação de falsificação para documentos eletrônicos, equiparando-os a documentos físicos. Isso garante que a falsificação de informações digitais seja tratada com a mesma gravidade que a falsificação de documentos impressos.

Aperfeiçoamento da Lei Carolina Dieckmann

Lei Carolina Dieckmann tenha sido um avanço significativo na proteção contra crimes cibernéticos, ela ainda enfrenta críticas e desafios, especialmente no que se refere à sua efetividade prática e à sua adequação às novas realidades tecnológicas.

O futuro da segurança digital no Brasil depende de uma combinação de legislações modernas, tecnologia avançada e uma **atuação efetiva do sistema judiciário.**

Exercício de Fixação

A **Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012**, conhecida como "**Lei Carolina Dieckmann**", dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos, alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 nas redações dos arts. 266 e 298, além de acrescentar os arts. 154-A e 154-B. O parágrafo 5º, do art. 154-A, do Decreto-Lei n.º 2.848, prevê um aumento de pena de um terço à metade, se o crime for praticado contra

Alternativas

- A)**Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.
- B)**Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- C)**Presidente da República, governadores e prefeitos.
- D)**Subordinado máximo da administração direta e indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.
- E)**Vice-presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Assembleia Legislativa de Estado, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou da Câmara Municipal.

Crime de Perseguição (stalking)

Lei nº 14.132/2021, a qual inseriu no **Código Penal o art. 147-A**, que tipifica o crime de perseguição (stalking),

Conduta descrita no art. 147-A do CP exige uma prática reiterada, não comportando casos isolados.

Cyberbullying,

O Código Penal, consistente na **criminalização do bullying e cyberbullying**, promovida pela Lei 14.811, de 12 de janeiro de 2024, inseriu o **art. 146-A**, incluindo entre os crimes contra a liberdade pessoa.

Pornografia de vingança

A prática, conhecida como pornografia de vingança, foi considerada crime a partir da Lei 13.718/2018, que alterou o Código Penal.

ART. 218 - C do Código Penal - Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia(Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018).

Art. 218-C. Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, vender ou expor à venda, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio - inclusive por meio de comunicação de massa ou sistema de informática ou telemática -, fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que **faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia:** (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018).

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, se o fato não constitui crime mais grave. (Incluído pela Lei nº 13.718, de 2018)

Quadro 1. Alguns tipos de crimes digitais e leis utilizadas para o julgamento desses crimes

| Crime | Tipificação em Lei |
|--|--|
| Furto eletrônico e estelionato (fraudes bancárias) | Arts. 155 e 171 do Código Penal — Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e alterações |
| Invasão de dispositivo informático e furto de dados | Art. 154-A do Código Penal |
| Falsificação e supressão de dados | Arts. 155, 297, 298, 299, 313-A e 313-B do Código Penal |
| Armazenamento: produção; troca, publicação de vídeos e imagens contendo pornografia infantil | Arts. 241 e 241-A do Estatuto da Criança ou do Adolescente (ECA) — Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 |
| Assédio e aliciamento de crianças | Art. 241-D do ECA |
| <i>Cyberbullying</i> (veiculação de ofensas em <i>blogs</i> e comunidades virtuais) | Arts. 138, 139, 140 do Código Penal |
| Incitação e apologia ao crime | Arts. 286 e 287 do Código Penal |
| Prática ou incitação de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional | Art. 20 da Lei nº. 7.716, de 5 de janeiro de 1989 |
| Crimes contra a propriedade intelectual artística e de programa de computador | Art.184 do Código Penal e Lei nº. 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 |

 **ENIAC**
v e z e s
MAIS

QR Code para avaliação diária da aula

Preencha a avaliação **SOMENTE** do
professor que está ministrando a aula

<https://bit.ly/direitoavalia>

